

Este documento sistematiza debates, ações prioritárias e propostas para a agenda de comida das Amazônias. Ele foi produzido em parceria com a Assobio e o Instituto Fome Zero e integra a Rota 26-30, iniciativa conduzida pela Uma Concertação pela Amazônia em 2026. O material serve como referência para que a nossa Rede contribua com ações prioritárias para orientar decisões do setor público e do setor privado nos próximos cinco anos.

## Comida - Prioridades para as Amazônias



*“Quando a gente pensa em comida na Amazônia, eu acho que a gente precisa pensar para além do prato, pensar em como essa comida chega, o que vem antes dela. E nessa minha ilustração, há uma cestaria dos povos Yanomami que tem toda uma estrutura ancestral que sustenta uma floresta, uma comunidade, pessoas, uma cultura, uma biodiversidade em volta. Dela, nasce o tempo da floresta e a gente percebe aí que há um ciclo natural, não tem assim uma pressa para que aconteçam as coisas na Amazônia, a gente precisa ter o tempo dos rios que enchem, que vazam, que fertilizam, que trazem a vida e as mãos que plantam, que colhem, precisam desse tempo que a Amazônia pede. Dentro desse cesto nós vemos açai, raízes, frutas e, para além disso, nós vemos palafitas, uma canoa, nós vemos gente. Isso é a própria diversidade, é o que traz o alimento pra mesa de forma tão diversa. Existe uma inteligência profunda na alimentação da Amazônia que traz ciência, ancestralidade e conhecimento de territórios. E os povos indígenas, os ribeirinhos, os agricultores familiares, eles não apenas produzem o alimento, mas eles*

*entendem os ciclos, eles sabem o tempo certo de colher, o momento de deixar a terra descansar, o momento de compartilhar. E cada alimento carrega muito conhecimento. O açaí não é só energia, ele é cultura, economia, diversidade, identidade. A mandioca também não é só uma raiz, ela é tecnologia ancestral, ela se transforma em farinha, em beiju, em tucupi e até mesmo em pigmentos naturais de roupas, como a gente tem visto a tecnologia desenvolvida por um estilista indígena da Amazônia. Isso traz uma reflexão de que a comida não é apenas aquela que nos alimenta fisicamente, mas também espiritualmente e também traz muito conhecimento e isso unido à ciência traz uma potência muito grande. A comida é todo um ciclo que traz o potencial e a riqueza de todo um território gigantesco que são as Amazônias, a amazônia urbana, a amazônia dos rios, das feiras, das casas, das cozinhas, das panelas no fogo, da família reunida em volta da mesa tomando o açaí. Acho que a comida traz todo esse encontro, esse ponto de encontro. É isso que eu gostaria de trazer na minha aquarela.” (Hadna Abreu, 2026)*

A agenda de comida nas Amazônias deve ser compreendida como um debate fundamental para a melhoria da qualidade de vida nas Amazônias e no Brasil. Ampliar o acesso a alimentos seguros, nutritivos, sustentáveis e culturalmente adequados na Amazônia Legal não é apenas um desafio setorial, mas uma condição estruturante para garantir segurança alimentar e nutricional, reduzir desigualdades e fortalecer a resiliência social e climática da região.

O direito humano à alimentação adequada, garantido pela Constituição brasileira de 1988, pressupõe o acesso regular, permanente e suficiente a alimentos de qualidade, em quantidade adequada, sem comprometer outras necessidades essenciais. Esse direito incorpora dimensões indissociáveis de disponibilidade, acessibilidade, qualidade nutricional e sustentabilidade, exigindo uma abordagem integrada que reconheça a alimentação como resultado de dinâmicas econômicas, sociais, ambientais e culturais interdependentes.

No Brasil, persiste uma contradição estrutural entre o protagonismo do país na produção global de alimentos e a dificuldade de assegurar o direito à alimentação para toda a população. Produtos como soja, milho e carne respondem por 23% das exportações nacionais, enquanto milhões de famílias seguem expostas à insegurança alimentar, inclusive em sua forma mais grave (Swinburn et al, 2019; Mota et al., 2024; Longui et al, 2025). Mesmo após avanços recentes, como a saída do país do mapa da fome em 2025, cerca de 2,5 milhões de famílias ainda vivenciam privação quantitativa e recorrente de alimentos (IBGE, 2025).

**Essa contradição adquire maior intensidade na Amazônia Legal. A região reúne uma das maiores biodiversidades do planeta e amplo potencial para diversificar a alimentação de sua população, mas convive com níveis persistentes de insegurança alimentar e nutricional. Em 2024, mais de um terço dos domicílios da região Norte enfrentava incerteza quanto ao acesso à comida, com percentuais particularmente elevados em estados como Pará, Amazonas, Roraima e Amapá. Esses dados consolidam a região como epicentro da crise de abastecimento no país, mesmo em um contexto de melhora relativa dos indicadores nacionais (Silva, Magro, 2025).**

A insegurança alimentar e nutricional na região não pode ser explicada exclusivamente pela renda. Embora fatores como renda domiciliar, inserção no mercado de trabalho, escolaridade e acesso à proteção social sejam determinantes centrais, análises recentes indicam que condicionantes territoriais e ambientais exercem papel decisivo na configuração dos sistemas alimentares amazônicos. Eventos climáticos extremos, como secas que interrompem a navegação e comprometem cadeias produtivas locais, têm isolado populações e elevado o custo de vida, afetando diretamente o acesso à alimentação (Mota et al., 2024; INSTITUTO ESCOLHAS E CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO, 2024).

A organização do abastecimento alimentar também impõe restrições estruturais. A dependência de cadeias logísticas extensas, associadas a condições precárias de transporte fluvial, comprometem a regularidade da oferta e favorecem a disseminação de produtos ultraprocessados, que apresentam maior durabilidade e menor custo de conservação. Em sentido inverso, alimentos *in natura* e minimamente processados tornam-se relativamente mais caros e menos disponíveis, contribuindo para padrões alimentares inadequados e para o aumento de doenças crônicas e da obesidade.

Essas dinâmicas estão inseridas em transformações mais amplas dos sistemas alimentares brasileiros. A expansão do modelo agroindustrial e a consolidação de cadeias produtivas padronizadas têm reconfigurado hábitos de consumo e práticas produtivas. Sistemas historicamente orientados pela diversidade de cultivos, pelo manejo adaptado ao território e pela valorização da sociobiodiversidade vêm sendo progressivamente substituídos por arranjos homogêneos, que simplificam paisagens produtivas e acabam reduzindo a diversidade alimentar no prato dos brasileiros e amazônidas. Como consequência, observa-se o crescimento da participação de alimentos ultraprocessados na dieta, inclusive em regiões onde esses padrões eram anteriormente menos predominantes.

A comparação entre os períodos 2008/2009 e 2017/2018 evidencia que a participação dos produtos alimentícios ultraprocessados no total de calorias consumidas no país elevou-se de 18,7% para 19,7%. O crescimento foi particularmente acentuado nas regiões Norte, onde o percentual subiu de 14,6% para 17,5%, e Nordeste, que passou de 14,2% para 17,4% (Longhi et al, 2025). Ambas ainda abaixo da taxa nacional, mas com tendência mais acelerada de crescimento.

**No contexto amazônico, essas transformações se combinam à reconfiguração dos ambientes alimentares. A substituição gradual do comércio tradicional por grandes redes varejistas amplia a oferta de produtos ultraprocessados e reduz o acesso a alimentos frescos, sobretudo em áreas urbanas periféricas. Paralelamente, o enfraquecimento de práticas alimentares tradicionais contribui para a perda de diversidade alimentar e para a desconexão entre alimentação, cultura e território.**

Esse conjunto de processos revela paradoxos estruturais que definem a questão alimentar na região. De um lado, a coexistência entre elevada disponibilidade potencial de espécies que

podem ser utilizadas na alimentação e a persistência da fome e da má nutrição. De outro, o contraste entre a riqueza sociocultural e ecológica e a crescente monotonia alimentar associada à padronização dos sistemas produtivos e de consumo. Contudo, esses paradoxos posicionam a Amazônia como um laboratório para alavancar experiências capazes de orientar uma transição mais ampla dos sistemas alimentares na região e no Brasil.

Diante desse cenário, a agenda de comida nas Amazônias requer uma abordagem que articule produção, abastecimento, consumo e cultura alimentar, tendo o território como unidade central de análise e intervenção. Isso implica fortalecer arranjos locais de produção e distribuição de alimentos, valorizar espécies regionais, ampliar o acesso a dietas saudáveis e compatíveis com os modos de vida locais e reduzir a dependência de cadeias logísticas longas e vulneráveis.

Trata-se de estruturar uma agenda capaz de sustentar, no longo prazo, sistemas alimentares resilientes, inclusivos e alinhados à diversidade territorial amazônica. Essa construção exige a identificação de ações prioritárias e o desenvolvimento de arranjos institucionais capazes de promover o acesso efetivo à alimentação adequada, especialmente entre populações mais vulneráveis, consolidando a comida como um eixo central do desenvolvimento nas Amazônias.

### **Pontos de atenção**

- A dinâmica recente de redução da pobreza e aumento da renda não tem sido suficiente para garantir alimentação adequada, indicando que ganhos econômicos não se traduzem automaticamente em melhoria nutricional, especialmente em contextos onde o ambiente alimentar é adverso;
- A persistência da insegurança alimentar em uma região com elevada disponibilidade potencial de recursos evidencia falhas na organização dos sistemas alimentares, indicando que o problema não se limita à produção, mas à forma como os alimentos são distribuídos e acessados;
- A expansão de modelos agroindustriais e varejistas para a região têm reconfigurado os sistemas alimentares, reduzindo a diversidade produtiva, enfraquecendo circuitos locais de abastecimento, que historicamente desempenharam papel relevante na oferta e na diversidade alimentar, e ampliando o acesso à alimentos ultraprocessados e padronizados;
- A monotonia alimentar resulta da interação entre homogeneização produtiva e padrões de consumo simplificados, com impactos simultâneos sobre a saúde pública, a diversidade ecológica e a resiliência dos sistemas alimentares;

- A coexistência de subnutrição, obesidade e doenças crônicas evidencia uma crise relacionada à qualidade da alimentação, deslocando o foco da escassez para a qualidade e composição das dietas, com impactos diretos sobre a saúde pública;
- A valorização de alimentos da sociobiodiversidade enfrenta barreiras relacionadas à sua inserção nos mercados, à logística, ao processamento e à adequação aos hábitos contemporâneos, indicando que o potencial da biodiversidade não se converte automaticamente em oferta alimentar diversificada e acessível;
- Eventos climáticos extremos, como secas que afetam a navegabilidade e a produção local, não apenas interrompem cadeias de abastecimento, mas expõem a baixa capacidade de adaptação dos sistemas alimentares locais, indicando a necessidade de incorporar resiliência climática como dimensão central da segurança alimentar e nutricional;
- A baixa cobertura de equipamentos públicos de abastecimento e a desigual distribuição de feiras e estruturas de comercialização limitam a capacidade de organizar circuitos curtos e acessíveis de alimentos, especialmente em territórios urbanos periféricos e áreas remotas;
- A efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada depende da integração entre políticas sociais, produtivas, ambientais e de saúde para superar a fragmentação institucional e ampliar a coordenação entre escalas de governo;
- A definição de prioridades territoriais e populacionais é condição para ganho de escala e efetividade das políticas, considerando a heterogeneidade da região e a necessidade de direcionar esforços para populações mais vulneráveis, como comunidades rurais, indígenas e das periferias urbanas.

### **6 ações prioritárias para ampliar o acesso a alimentos seguros, nutritivos, sustentáveis e culturalmente adequados nas Amazônias**

**Ação 1.** Estruturar sistemas territoriais de abastecimento alimentar com foco nas cidades amazônicas;

**Ação 2.** Reduzir o custo da alimentação saudável por meio de políticas de preços, regulação e reorientação de incentivos econômicos;

**Ação 3.** Fortalecer sistemas produtivos locais e estruturar mercados justos para a sociobiodiversidade;

**Ação 4.** Promover transição alimentar baseada na sociobiodiversidade, educação alimentar e valorização cultural;

**Ação 5.** Fortalecer governança, financiamento e implementação territorial das políticas de segurança alimentar; e

**Ação 6.** Integrar alimentação, território e natureza nos sistemas alimentares amazônicos.

### Ação 1 – Estruturar sistemas territoriais de abastecimento alimentar com foco nas cidades amazônicas

A fome nas Amazônias assume caráter predominantemente urbano e está concentrada em grandes cidades que dependem de cadeias longas de abastecimento, baseadas na importação de alimentos das regiões Sudeste e Sul. A ausência de uma política estruturada de abastecimento, associada à fragilidade da logística regional, resulta em custos elevados, vulnerabilidade e restrição de acesso a alimentos saudáveis. Destruir a agenda de comida exige reorganizar o abastecimento a partir de uma lógica territorial, fortalecendo circuitos curtos, integrando produção local ao consumo urbano e estruturando sistemas logísticos adaptados às especificidades amazônicas.

## **Propostas**

### **1.1. Estruturar circuitos curtos de abastecimento alimentar**

Organizar o abastecimento alimentar a partir da conexão direta entre produção local e consumo urbano, estruturando arranjos territoriais que articulem feiras livres, mercados municipais, compras públicas e redes comunitárias de distribuição. Essa estratégia deve ser acompanhada do fortalecimento da logística adaptada às condições amazônicas, especialmente transporte fluvial, armazenamento descentralizado e soluções que considerem a sazonalidade hídrica, de modo a reduzir a dependência de cadeias longas e ampliar a autonomia alimentar das cidades. Esse processo deve incorporar de forma estruturante as compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como mecanismos de conexão entre produção local e abastecimento urbano.

### **1.2. Expandir e integrar equipamentos públicos de alimentação aos sistemas locais de produção**

Ampliar e qualificar cozinhas comunitárias, restaurantes populares e mercados públicos nas principais cidades amazônicas, garantindo infraestrutura adequada, funcionamento contínuo e integração com a produção local. Esses equipamentos devem atuar como âncoras territoriais do abastecimento, com prioridade para territórios urbanos periféricos. Além das cozinhas comunitárias e restaurantes populares, esses equipamentos devem incluir bancos de alimentos e outras estruturas de apoio ao abastecimento, ampliando a capacidade de articulação entre acesso à alimentação e organização territorial da oferta.

### 1.3. Desenvolver infraestrutura produtiva e logística periurbana e regional

Apoiar a produção de hortaliças e alimentos frescos nas periferias urbanas das principais cidades amazônicas, articulando acesso à terra, assistência técnica e canais de comercialização direta com as cidades. Essa abordagem permite reduzir custos logísticos, ampliar a oferta de alimentos frescos e estruturar uma base produtiva voltada ao abastecimento das cidades amazônicas. Assim, orienta-se o fortalecimento de cinturões produtivos periurbanos e sistemas regionais de abastecimento por meio de políticas integradas que articulem:

- acesso à terra para produção de alimentos;
- assistência técnica e extensão rural;
- infraestrutura de transporte, armazenamento e distribuição;
- canais de comercialização direta com mercados urbanos;
- adequação e flexibilização de normas sanitárias, de modo a permitir que comunidades e pequenos produtores possam processar e ofertar alimentos tradicionais, inclusive para mercados institucionais como a alimentação escolar.

#### Ação 2 – Reduzir o custo da alimentação saudável por meio de políticas de preços, regulação e reorientação de incentivos econômicos

O custo da alimentação nas Amazônias é determinado por fatores estruturais como transporte, intermediação e concentração da distribuição, sendo agravado pela ausência de mecanismos de regulação e por uma política tributária pouco orientada à segurança alimentar. Enfrentar esse desafio exige atuação coordenada sobre preços, estrutura de mercado e incentivos econômicos.

#### **Propostas**

##### **2.1. Implementar políticas integradas de regulação de preços e proteção ao consumo alimentar**

Desenvolver instrumentos que reduzam o custo de alimentos saudáveis e ampliem o acesso para populações vulneráveis, combinando políticas de preços, subsídios direcionados e mecanismos de proteção em contextos inflacionários. Essas medidas devem priorizar alimentos básicos e considerar as especificidades regionais da formação de preços.

##### **2.2. Regular a estrutura de distribuição e reduzir assimetrias de mercado**

Atuar sobre a concentração da distribuição de alimentos, ampliando a transparência na formação de preços e reduzindo distorções decorrentes da intermediação. Isso inclui o fortalecimento de canais alternativos de comercialização e a ampliação da capacidade de intervenção pública sobre mercados altamente concentrados.

### **2.3. Reorientar a política tributária e os incentivos econômicos para sistemas alimentares saudáveis**

Redirecionar incentivos fiscais e financeiros para a produção, circulação e consumo de alimentos da agricultura familiar, produção orgânica e sociobiodiversidade, reduzindo a atual concentração de benefícios em setores desvinculados da segurança alimentar. Essa reorientação deve considerar:

- incentivos à produção de alimentos saudáveis;
- redução de custos tributários sobre cadeias locais;
- alinhamento entre política econômica e política alimentar.

### **Ação 3 – Fortalecer sistemas produtivos locais e estruturar mercados justos para a sociobiodiversidade**

A baixa estruturação das cadeias produtivas locais e a dificuldade de inserção da sociobiodiversidade nos mercados limitam tanto a oferta de alimentos saudáveis quanto a geração de renda nos territórios. A superação desse quadro exige fortalecer a base produtiva local e estruturar mercados mais justos e inclusivos.

#### **Propostas**

### **3.1. Estruturar cadeias produtivas territoriais com base na agroecologia e na sociobiodiversidade**

Ampliar a assistência técnica e extensão rural, o acesso ao crédito e o apoio à organização produtiva, com foco em sistemas agroecológicos (em suas dimensões político-organizativa, produtiva-ecológica, socioeconômicas e culturais) e na valorização da produção local, fortalecendo cooperativas, associações e redes produtivas já existentes. Por um lado, esse processo deve incluir a difusão de informações e capacitação para acesso a políticas públicas, especialmente crédito rural e instrumentos como o PRONAF, considerando as dificuldades específicas enfrentadas por organizações da Amazônia. Isso implica, por outro lado, também adaptar tais instrumentos às realidades amazônicas e reduzir barreiras de acesso.

### **3.2. Desenvolver infraestrutura produtiva e agregação de valor nos territórios**

Estimular a implantação de agroindústrias comunitárias e unidades locais de processamento, como casas de farinha e estruturas de beneficiamento, ampliando o valor agregado da produção e viabilizando a inserção em mercados. Isso inclui o apoio a infraestruturas comunitárias de beneficiamento e conservação de alimentos, tais como casas de farinha, unidades locais de processamento e soluções adaptadas às condições amazônicas, como barcos frigoríficos com uso de energia solar.

### **3.3. Estruturar mercados justos e mecanismos de valorização econômica dos territórios**

Garantir condições equitativas de comercialização para produtos da sociobiodiversidade, assegurando preços adequados, remuneração digna e reconhecimento do valor cultural e

territorial desses produtos. Esse processo deve ser complementado por mecanismos de pagamento por serviços ambientais, reconhecendo o papel dos territórios na conservação ambiental e na produção de alimentos. Essa estratégia deve também promover a valorização dos produtos amazônicos em mercados regionais e nacionais, ampliando o reconhecimento do seu valor cultural, tecnológico e territorial.

*Ação 4 – Promover transição alimentar baseada na sociobiodiversidade, educação alimentar e valorização cultural*

A transição alimentar em curso nas Amazônias, marcada pela substituição de alimentos tradicionais por ultraprocessados, compromete a saúde, a cultura alimentar e a relação com o território. Reverter esse processo exige uma abordagem integrada que articule mudança de padrões de consumo, valorização cultural e fortalecimento de capacidades formativas, conectando alimentação, saúde e produção local.

**Propostas**

**4.1. Reorientar padrões de consumo por meio de educação alimentar integrada aos sistemas de saúde e educação**

Desenvolver estratégias estruturadas de educação alimentar e nutricional que valorizem alimentos regionais e reduzam o consumo de ultraprocessados, articulando políticas públicas de educação e saúde. Essa abordagem deve ir além de ações pontuais, incorporando a formação contínua de profissionais e a atuação territorializada, especialmente por meio de agentes comunitários de saúde, que hoje atuam predominantemente no tratamento de doenças associadas à má alimentação. Nesse sentido, propõe-se ampliar seu papel para a promoção ativa de sistemas alimentares saudáveis, incluindo formação em agroecologia, produção orgânica e alimentação regional. Essa estratégia deve contemplar:

- adoção de guias alimentares regionais, a exemplo do Guia Alimentar para a População Brasileira, adaptados às realidades culturais e territoriais amazônicas;
- integração entre ações de saúde preventiva e educação alimentar, fortalecendo o papel do sistema público de saúde na promoção de hábitos alimentares saudáveis;
- formação continuada de profissionais da saúde, educação e alimentação com base em sistemas alimentares sustentáveis.

**4.2. Valorizar a cultura alimentar e os saberes ancestrais como ativos estratégicos dos sistemas alimentares**

Reconhecer e promover a cultura alimentar amazônica como elemento central da segurança alimentar, fortalecendo práticas alimentares tradicionais em comunidades indígenas, rurais e urbanas e incentivando a transmissão intergeracional de conhecimentos. Essa valorização deve ser acompanhada de estratégias de comunicação pública e políticas que reconheçam os saberes locais como parte integrante das soluções para a alimentação saudável, contribuindo para a reconstrução da relação entre população, território e alimentos.

### Ação 5 – Fortalecer governança, financiamento e implementação territorial das políticas de segurança alimentar

A fragmentação institucional, a baixa capacidade de implementação territorial e a insuficiência de financiamento limitam a efetividade das políticas públicas de alimentação nas Amazônias. Superar esse quadro exige fortalecer arranjos de governança multinível, estruturar mecanismos estáveis de financiamento e garantir a operacionalização das políticas nos territórios, especialmente no nível municipal, onde se materializam as ações de segurança alimentar e nutricional.

#### **Propostas**

##### **5.1. Estruturar governança integrada e fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)**

Consolidar o SISAN como eixo estruturante da política de segurança alimentar nas Amazônias, ampliando sua capacidade de coordenação entre níveis de governo e sua atuação efetiva nos territórios. Isso implica fortalecer a adesão municipal, estruturar instâncias locais de governança e articular instrumentos já existentes, garantindo que políticas federais se convertam em ações concretas. Nesse sentido, o fortalecimento do SISAN deve envolver:

- apoio à criação e consolidação de instâncias locais de governança, como Conselhos de Segurança Alimentar (Consea) e Câmaras Intersetoriais (Caisan), responsáveis por articular planejamento e execução das políticas no território;
- integração de instrumentos de política pública já existentes, especialmente:
  - a) compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
  - b) equipamentos públicos de abastecimento e acesso, como cozinhas comunitárias, restaurantes populares e bancos de alimentos;
  - c) programas de apoio à produção e abastecimento local;
- fortalecimento da capacidade dos municípios de organizar sistemas territoriais de abastecimento e segurança alimentar;
- monitoramento e acompanhamento da execução territorial de programas federais estratégicos, como o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planap) e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan);
- articulação entre políticas de produção, abastecimento, proteção social e saúde, reconhecendo o papel estruturante da alimentação na redução de vulnerabilidades e na diminuição da pressão sobre o sistema público de saúde.

##### **5.2. Priorizar financiamento público e garantir escala territorial das políticas**

Direcionar recursos públicos de forma estratégica para a produção, o abastecimento e o acesso a alimentos saudáveis, assegurando que políticas nacionais tenham capilaridade e continuidade nos territórios amazônicos. A efetividade das ações depende da existência de um sistema de financiamento estável e orientado às especificidades regionais. Essa priorização deve contemplar:

- fortalecimento do financiamento do SISAN, garantindo um fluxo contínuo de recursos para os municípios e viabilizando a implementação das políticas no nível local;
- ampliação de investimentos em agricultura familiar, produção orgânica e cadeias da sociobiodiversidade;
- apoio à estruturação logística do abastecimento alimentar, incluindo armazenamento, transporte e distribuição, especialmente em contextos de difícil acesso;
- financiamento de infraestrutura comunitária de produção e beneficiamento de alimentos;
- articulação com parceiros nacionais e internacionais e com o setor privado, visando ampliar recursos e corresponsabilidade na agenda de alimentação saudável;
- identificação de oportunidades estratégicas de atuação que permitam avanços incrementais em orçamento, políticas públicas e logística de abastecimento.

### **5.3. Integrar dados, fortalecer a base informacional e ativar escalas territoriais de coordenação**

Superar o apagão de dados sobre sistemas alimentares na Amazônia e fortalecer a base informacional necessária à formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. A ausência de dados estruturados limita a compreensão das dinâmicas de produção, circulação e consumo de alimentos, dificultando a construção de respostas adequadas. Essa agenda deve incluir:

- integração e sistematização de dados sobre produção, abastecimento e consumo alimentar na região;
- incidência sobre instrumentos estruturantes de produção de dados, como o Censo Agropecuário e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), de modo a incorporar especificidades dos sistemas alimentares amazônicos;
- fortalecimento da capacidade analítica e de planejamento dos entes públicos, com base em evidências territoriais;
- ativação das regiões metropolitanas como escala intermediária de coordenação das políticas de abastecimento e segurança alimentar, especialmente em contextos urbanos;
- aproveitamento de janelas políticas, como ciclos eleitorais estaduais, para impulsionar agendas de coordenação territorial e integração de políticas.

## Ação 6 – Integrar alimentação, território e natureza nos sistemas alimentares amazônicos

Nas Amazônias, alimentação, floresta, água e território são dimensões inseparáveis, e a fragilização de qualquer uma delas compromete os sistemas alimentares.

### **Propostas**

#### **6.1. Garantir acesso a recursos fundamentais: terra, água e território**

Assegurar segurança fundiária, acesso à água para consumo e produção e reconhecimento de territórios tradicionais como base dos sistemas alimentares locais, incluindo ações de destinação de terras, demarcação de territórios e enfrentamento de dinâmicas de ocupação desordenada associadas a grandes eixos de infraestrutura.

#### **6.2. Integrar produção alimentar, conservação ambiental e políticas territoriais**

Articular políticas agrícolas, ambientais e de desenvolvimento territorial, fortalecendo sistemas alimentares tradicionais baseados em roça, pesca, extrativismo e uso sustentável da biodiversidade, e incorporando a segurança hídrica como elemento central da segurança alimentar. Isso implica, entre outras iniciativas:

- desenvolvimento e ampliação de sistemas multiuso de acesso à água, voltados ao consumo e à produção de alimentos;
- implementação e adaptação do Programa Cisternas às realidades amazônicas, incluindo territórios indígenas e comunidades isoladas;
- articulação com uma política agrícola específica para a Amazônia, integrando produção, ciência, tecnologia e instrumentos econômicos.